

Análise da importância da Estratégia de Saúde da Família na assistência à Saúde Mental

Juliana Leal Freitas Maia*

Pólo: Corinto-MG

Paula Cambraia de M. Vianna**

Introdução

A Reforma Psiquiátrica Brasileira emerge sustentada politicamente pelo movimento sanitarista no país, trazendo princípios semelhantes reorientadores do modelo de atenção à saúde. A proposta da não institucionalização dos pacientes psiquiátricos e do fortalecimento de bases territoriais do cuidado em saúde mental, trazida pela Política Nacional de Saúde Mental, baseia-se em uma rede de assistência que contemple a rede de atenção primária. Diante disso, a Estratégia de Saúde da Família - ESF surge como forte aliada na construção do processo de trabalho em Saúde Mental. A porta de entrada da atenção à saúde é representada pela ESF, que trabalha em caráter de integralidade e conta com equipe assistente multiprofissional. Isto já representa um grande passo para otimizar o cuidado aos usuários portadores de sofrimento mental.

Objetivo

Refletir sobre a importância da Estratégia de Saúde da Família - ESF na assistência à saúde mental.

Metodologia

Foi realizada revisão de literatura de artigos e publicações recentes com temas que permeiam a interface entre saúde mental e a ESF. Foram selecionados 17 artigos nas bases de dados SCIELO, MEDLINE e LILACS, além de textos de autores envolvidos com o processo de Reforma Psiquiátrica e leitura da legislação vigente em saúde mental e cuidado primário no Brasil. Ademais, foi considerada a observação clínica da pesquisadora e o seu cotidiano como profissional da ESF e do CAPS.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde mental e atenção básica: o vínculo e o diálogo necessários. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.

DALLA VECCHIA, Marcelo; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Desinstitucionalização dos cuidados a pessoas com transtornos mentais na atenção básica: aportes para a implementação de ações. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 13, n. 28, Mar. 2009.

Desenvolvimento

A Reforma Sanitária foi sustentação política para a Reforma Psiquiátrica, até o momento em que esta se consolidou como movimento social independente. Com a regulamentação do SUS, pautado na integralidade da atenção, iniciou-se a busca de nova forma de organização dos processos de trabalho em saúde e o governo brasileiro priorizou a saúde no âmbito da atenção básica, implantando a ESF. Em consonância, a Reforma Psiquiátrica surge como um movimento que preconiza a desinstitucionalização e a reabilitação psicossocial, possibilitando a convivência do louco e com o louco em todos os ambientes, sem exclusão ou isolamento social. Dessa forma, a Política Nacional de Saúde Mental prevê ações de base territorializada e individualizada, respeitando o direito à vida em sociedade, o que pode ser ratificado pelo fechamento de vários manicômios, surgimento de mais leitos psiquiátricos em hospitais gerais e expansão da rede substitutiva (CAPS, centros de convivência, serviço residencial terapêutico e atendimento ambulatorial) e ampliação da rede de atenção básica.

Resultados

A inclusão das ações de saúde mental na atenção básica tem-se apresentado como proposta facilitadora do processo de reabilitação psicossocial dos doentes, mas tem sido um desafio na prática clínica, por ser necessário melhorar os processos de comunicação entre os profissionais, minimizar a ocorrência de psiquiatrização do cuidado, estabelecer vínculos mais efetivos com a família do usuário e viabilizar capacitação continuada das equipes assistentes, estejam elas no serviço especializado ou na atenção básica à saúde.

Considerações Finais

Embora no campo teórico a assistência à doença mental esteja em constante discussão e análise, há certa discrepância entre o modelo preconizado e a prática. Esses clientes ainda são estigmatizados e recorrentemente são encaminhados a serviços especializados para medicalização. Percebe-se a necessidade de construir melhores parcerias entre a atenção básica e os serviços substitutivos, uma vez que, para haver real efetivação das políticas públicas de assistência à saúde mental, torna-se imprescindível não apenas mudanças de formas de pensar, mas enfrentamento de resistências.

*Médica

julianalfm@hotmail.com

** Orientadora



Ministério da
Educação



Universidade
Federal de
Minas Gerais

NESCON
Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva

AGORA



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

